

A situação na França e as tarefas dos revolucionários*



I - UMA POTÊNCIA IMPERIALISTA DO SEGUNDO ESCALÃO E UM DOS MOTORES DA UNIÃO EUROPÉIA

A França, membro do grupo dos oito países mais industrializados (G8) é uma das mais importantes potências imperialistas do segundo escalão. Atrás da Alemanha e superada pela China em 2006, seu peso econômico global (medido pelo PIB) a localiza no 5º lugar mundial, antes do Reino Unido, e no 7º lugar quando se mede o PIB em relação ao poder aquisitivo. É o 5º exportador mundial de bens, o 4º de serviços, o 3º de produtos agrícolas e agro-alimentícios. Entretanto, a base de seu peso econômico relativo e de sua influência no mundo desde a Primeira Guerra, e sobretudo, desde

* Contribuição do Grupo CRI da França para a Conferência Internacional da FT-QI realizada em Buenos Aires entre 20 e 27 de julho de 2008.

a Segunda Guerra Mundial já não a permite pretender ter um papel hegemônico no mundo (salvo em suas posses africanas, que, entretanto, são disputadas pelos Estados Unidos, e inclusive pela China).

Por isso, a França é, com a Alemanha, desde os anos 1950 e especialmente desde finais dos anos 1970, um dos mais fervorosos impulsionadores da “construção europeia” capitalista. A União Europeia (UE) está destinada, por um lado, a fazer contrapeso aos Estados Unidos, Japão, e na atualidade à China, no contexto da competição mundial; e, por outro lado, (desde a ofensiva neoliberal de começos dos anos 1980), a coordenar e a dirigir de maneira autoritária (fora da pressão relativa do sufrágio universal direto) as políticas de contra-reformas que buscam dismantelar as conquistas sociais, historicamente comparáveis com as dos principais países da UE: a partir de agora, várias decisões se tomam em nível europeu, tendo em conta a relação de forças entre os Estados, como por exemplo, para as questões monetárias, a regulamentação da competição etc..

Os Estados nacionais seguem tendo o papel de instrumentos decisivos para a dominação de cada burguesia nacional e para a regulação das relações sociais em cada país. Finalmente, em nível internacional, os interesses estratégicos de cada Estado imperialista segue sendo, em grande medida, particulares. Sobretudo, é o que ocorreu com a França, cujo peso político internacional está subordinado por seu status de potência colonial e seu posto no Conselho de Segurança da ONU, que lhe dá importantes responsabilidades estratégicas, diplomáticas e militares (por exemplo, na participação da ocupação do Kosovo, da Bósnia, do Afeganistão, do Líbano, de vários países da África, sem nomear o resto das colônias diretas, os “departamentos e territórios do ultramar” ou DOM-TOM)¹.

II – UM PROLETARIADO MAJORITÁRIO, MAS UM RETROCESSO NA INDÚSTRIA E NAS CONCENTRAÇÕES OPERÁRIAS

A França conta com 62 milhões de habitantes na metrópole, aos quais se agregam 2 milhões das colônias. Segundo as estatísticas burguesas (que apresentam, em parte, uma descrição deformada da realidade, mas permitem

¹ Há uma discussão interna no Grupo CRI sobre o grau de integração econômica europeia e sobre o peso respectivo da tendência à unificação política, por um lado, e a persistência das contradições entre os interesses respectivos dos estados-nação, pelo outro. Até o momento, se define que as burguesias seguem sendo nacionais e que sua ferramenta de dominação principal segue sendo então o Estado nacional. Entretanto, vários camaradas questionam esta análise e todos estamos de acordo em considerar que a discussão deve ser reaberta e aprofundada sobre esta questão tão importante.

reconhecer um certo número de tendências gerais), o setor terciário é amplamente dominante, com 72,5% da população ativa, contra 24% no setor secundário e 3,5% no setor primário. Entretanto, a contribuição do setor secundário no PIB segue sendo bastante importante (30% para a indústria, 8% para a construção) apesar de seu descenso (40% para a indústria a meados dos anos 1970). Ademais, processos de reestruturação e, sobretudo, de filiação de grandes companhias fizeram com que certo número de empresas industriais fossem levadas em conta no setor terciário. As estatísticas oficiais indicam que o número global dos assalariados é de 23 milhões, em contínua alta. Mais de 16 milhões estão empregados pelo capital privado, 800.000 em empresas nacionais ou parcialmente privatizadas, mas nas que o Estado segue sendo majoritário (esses assalariados se beneficiam ainda de um estatuto que os garantem o emprego) e 5,1 milhões são funcionários públicos (empregados pelo Estado, as comunidades territoriais ou os hospitais, e se beneficiam de um estatuto que os assegura a garantia de emprego). Se se consideram os ramos de atividade, todos esses assalariados estão repartidos da seguinte maneira:



A maioria destes assalariados é proletária no sentido estrito do termo². Seja qual for sua rama de atividade, 24% é operário no sentido profissional do termo (sentido do Instituto Nacional da Estatística, INSEE) e 30%

² Nosso *Projeto de programa do CRI* define proletariado como o conjunto dos “trabalhadores assalariados do capital – operários ou empregados, manuais ou intelectuais, não qualificados ou qualificados, industriais, comerciais ou agrícolas, que trabalham nas empresas privados (grandes ou pequenas) ou nas empresas capitalistas do estado (transporte, energia, telecomunicações, bancos etc.) (...) É a classe dos trabalhadores que produzem, realizam e servem para repartir o valor e a mais-valia capitalistas, sendo comprada sua força de trabalho sob seu valor definido sócio-historicamente e aportando-lhe mais ao capital que o que lhe custa (teoria marxista da exploração capitalista)”.

empregos. Ademais, na França, a maioria da imensa quantidade de empregados públicos tem interesses comuns com o proletariado e forma parte da “classe operária” no sentido amplo do termo³.

Entretanto, a concentração do capital é bastante débil para um país imperialista tão desenvolvido. A França conta com 2,6 milhões de empresas (fora da agricultura e das finanças), mas a esmagadora maioria não tem ou tem muito poucos assalariados, enquanto as maiores são relativamente pouco numerosas; inclusive na indústria, as que contam com mais de 500 assalariados não empregam mais que a metade dos assalariados desse setor. O seguinte quadro permite medir globalmente esta realidade:

³ Cf. nosso Projeto de Programa CRI: “Hoje em dia, a maioria dos trabalhadores assalariados empregados para assegurar as funções públicas executam tarefas mais ou menos úteis para toda a sociedade complexa ou, graças às conquistas que o proletariado e suas organizações tem imposto ao Estado, assegura à população em geral uma certa qualidade de vida (trabalhadores da administração pública, educação nacional, da saúde, da cultura etc.). Estes trabalhadores não contribuem à produção e à realização do produto e do subproduto sociais (neste caso, do valor e da mais-valia capitalistas), portanto, não são explorados como os proletários propriamente ditos. Mas, privada dos meios de produção, a grande maioria deles não tem outra alternativa que vender sua força de trabalho para viver e, sobretudo, nos países aonde as conquistas sociais são importantes, os interesses destes trabalhadores asseguram que as funções públicas se unam em grande medida com os interesses imediatos do proletariado: efetivamente, são remunerados com uma parte da massa de valor global produzida pelos proletariados propriamente ditos, mas seu trabalho realiza serviços úteis para esses proletariados e para a população em geral; este valor representa então, para uns e para outros, uma sorte de salário diferido que forma parte integrante do valor social conquistado da força de trabalho. Neste sentido, os trabalhadores empregados pelo Estado para assegurar essas funções públicas são aliados imediatos do proletariado propriamente dito, formam parte da classe operária no sentido amplo do termo e, de efeito, organizam-se e combatem todos juntos. Ademais, inclusive quando existe uma grande heterogeneidade entre seus ingressos segundo suas funções, estes trabalhadores são mal pagos (sobretudo em relação ao que poderiam ganhar na atividade privada com igual qualificação) e são submetidos aos imperativos da rentabilidade – ou à redução ao mínimo de sua não rentabilidade – imposta pelos governos burgueses. Os métodos de administração contemporâneos, por exemplo, tendem cada vez mais a copiar os da produção de mais-valia, os trabalhadores da saúde estão extenuados pela falta de postos, os professores são vítimas de condições de trabalho muito penosas em muitos estabelecimentos (classes sobrecarregadas, baixo e heterogêneo nível escolar, problemas de violência etc.) (...) Hoje, todos estes trabalhadores estão cada vez mais contrários às medidas impostas pelos governos para liquidar suas conquistas adquiridas, liquidar os serviços públicos julgados como demasiados custosos, privatizar outros ou submetê-los aos imperativos da rentabilidade capitalista. Devem lutar então mais que nunca para se defender e fazer valer coletivamente seus interesses contra o Estado-patrão”.

Esta situação é o resultado, por um lado, do desenvolvimento estrutural do capitalismo francês, mas, por outro, também das reestruturações dos últimos trinta anos, que tem visto multiplicar as empresas subcontratistas, segundo uma clara estratégia capitalista tendente a quebrar os bastões combativos das importantes concentrações operárias. Desse modo, uma das principais consequências desta situação é que a classe operária está muito atimizada fisicamente. Isto prejudica não somente o respeito do direito ao trabalho em numerosas pequenas empresas, como a reconstrução de um verdadeira consciência de classe resultante das lutas, da capacidade de experimentar uma força coletiva, e mais em geral, de todas as possibilidades de relação que oferecem as grandes concentrações operárias. Inversamente, a necessidade de defendê-las e de intervir nelas é imperiosa para os marxistas revolucionários.

III – AS DEBILIDADES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO FRANCÊS EXIGEM “REFORMAS” PROFUNDAS.

O crescimento da economia francesa é bastante débil, particularmente no setor industrial. Depois de ter sido sensivelmente mais forte entre 1998 e 2000, o crescimento do PIB gira ao redor de 2% desde 2001, um pouco abaixo da média constatada desde o fim dos “Trinta Gloriosos”. Na França, ainda que exista certo dinamismo demográfico, o crescimento do PIB por habitante é inclusive sensivelmente inferior ao de outros países da UE, com um retrocesso líquido nestes últimos vinte anos (segundo este critério, a França passou de 6º ao 16º ou 17º lugar mundial entre 1980 e 2004). Caso se combinem as debilidades estruturais do capitalismo na França, o elevado nível de taxa de cambio do euro, perda do crescimento, e mais conjuntamente, a alta dos preços das matérias-primas, compreende-se o importante déficit do comércio exterior aparecido em 2004 (sobretudo com respeito à Alemanha e à China) e que não tem deixado de crescer até alcançar o recorde, preocupante para a burguesia, de 38 bilhões de euros em 2007.

A falta de competitividade estrutural e de adaptabilidade das empresas francesas se explicam, em parte, por certo temor lendário dos patrões franceses à insuficiência do setor de pesquisa-desenvolvimento (que enfrenta a competência de um forte setor de pesquisa pública ainda não desmantelado pelo governo) e por uma certa mentalidade pequeno-burguesa, que conduz à multiplicação excessiva de muitas empresas pequenas pouco viáveis, em detrimento das medianas empresas capazes de exportar (sobretudo em comparação com a Alemanha). Entretanto, o principal problema para os capitalistas são os custos salariais que, apesar da baixa dos últimos anos, seguem

sendo pouco mais elevados com relação a outros países europeus, sobretudo na indústria (recorde da zona euro). Efetivamente, devido a certa tradição de combatividade do movimento operário e, sobretudo, por causa da atividade revolucionária das massas em 1936, 1944-47 e 1968, as conquistas da luta de classes foram muito importantes na França: férias remuneradas, assistência social, bom sistema de saúde pública, estatutos protetores para uma quarta parte dos salários, convenções coletivas avançadas para muitos outros, escola pública, gratuita e laica até os 16 anos, universidade pública e mais acessível aos jovens das classes populares que em outros países.

IV – FATORES OBJETIVOS E FATORES SUBJETIVOS DA CRISE DA COMBATIVIDADE PROLETÁRIA E DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE.

Desde aproximadamente trinta anos, a ofensiva capitalista mundial (“neoliberal”) foi levada adiante alternadamente por governos de esquerda (começando pelo do PS e do PC dirigido por Mitterrand a começos dos anos 1980, e até o governo PS-PCF de Jospin em 1997-2002) e por governos de direita (dominados pela figura de Jacques Chirac, primeiro ministro entre 1986 e 1988 e presidente entre 1995 e 2007). Esta ofensiva constante permitiu aos capitalistas franceses, especialmente aos maiores, restabelecer sua taxa de lucro e fazer subir seus lucros 10 pontos no valor agregado, em detrimento dos salários.

A deterioração social a partir de então é importante. Com as reestruturações, importantes bastiões do proletariado estão desaparecendo (minas, siderurgia do norte e do leste), ou se reduziram fortemente (oficinas navais, automotrizes e inclusive trens). A atomização do proletariado cresceu muito. Além da forte taxa de desemprego, há um aumento do número de trabalhadores obrigados a trabalhar meio-período, e ao redor de 13% de precarizados entre os assalariados (contrato com duração determinada, trabalhos temporários e “empregos de ajuda”), com um número crescente de pobres, inclusive muito pobres. As estimativas oficiais contam 6 milhões de pessoas por debaixo da linha da pobreza. Em geral, as conquistas sociais estão retrocedendo muito. A duração dos aportes para a aposentadoria passou de 37,5 a 41 anos para todos. A assistência social desembolsa cada vez menos em atendimento e medicamentos. O estado da escola pública é cada vez mais deplorável, conduzindo a milhares de jovens ao fracasso. O que fica dos outros serviços públicos funciona cada vez pior e é cada vez mais caro.

Estes fatores objetivos explicam em parte a menor combatividade do proletariado das fábricas e o feito de que a maioria das lutas, sobretudo os gran-

des movimentos de 1995, 2003, 2006 tenham sido conduzidos, centralmente, pelos assalariados protegidos das empresas e a administração públicas, afetados pelas privatizações e o retrocesso do suposto “Estado de bem-estar”. Isto limita fortemente a capacidade de resistência global dos trabalhadores. Ademais, o peso do retrocesso e das derrotas acumuladas há vários anos agrava a confusão.

Entretanto, o caráter reformista das direções tradicionais do movimento operário (socialdemocratas e stalinistas) segue sendo um fator mais decisivo desta falta de combatividade geral e das derrotas sofridas. Efetivamente, isto explica que estas não hajam nem querido nem podido resistir à ofensiva neoliberal do capitalismo. Por isso, a crise histórica da direção do proletariado tem se transformado em crise do próprio movimento operário organizado. A classe operária já não tem representação política própria, ainda que seja na forma fraudulenta dada pelo PS reformista ou o PCF stalinista: o PS terminou sua transformação a partido abertamente burguês (partidário sem culpa do capitalismo e das contra-reformas), e o moribundo PCF não vive mais que pela lenta perda de votos do PS e os meios materiais de seu aparato esclerosado. Finalmente, as organizações sindicais tem se debilitado numericamente e estão dirigidas por burocratas que aceitam abertamente o horizonte do capitalismo, e, portanto, a “necessidade” das contra-reformas, indo cada vez mais longe na colaboração de classes aberta.

V – DESDE NOVEMBRO-DEZEMBRO DE 1995, PODEROSOS MOVIMENTOS SETORIAIS LIMITARAM A DESTRUIÇÃO DA OFENSIVA “NEOLIBERAL”.

Entretanto, a pesar destas difíceis condições objetivas e subjetivas, e a pesar das sucessivas derrotas, a resistência à ofensiva capitalista foi real e deu lugar a mobilizações massivas a partir do grande movimento de novembro-dezembro de 1995, impulsionado pela greve geral dos ferroviários e a onda de greves dos trabalhadores estatais. Este movimento inclusive constitui um giro na luta de classes, na medida em que demonstrou que a classe operária (representada por suas frações com mais conquistas e mais sindicalizadas) não estava morta, contrariamente ao que pretendiam os ideólogos da burguesia que já vinham postulando há quinze anos, e mais ainda logo do afundamento da URSS. Este era o regresso da luta de classes ao centro da cena,

⁴ Sobre a análise do PS como partido pura e simplesmente burguês (análogo ao partido democrata norte-americano) e já não operário-burguês ou reformista, podem-se ler nossos artigos em: groupecri.free.fr.

ainda quando as direções sindicais conseguiram canalizá-la sem dificuldades, com a busca de um compromisso com o governo. A vitória reivindicativa foi parcial (manutenção do plano Juppé contra a assistência social), mas real (retirada do contrato do plano Estado/SNCF, abandono da reforma às aposentadorias dos trabalhadores públicos). Isto conduziu à paralisia relativa do governo Juppé durante mais de um ano, obrigando a Chirac a dissolver a Assembleia Nacional a princípios de 1997, ao preço de uma vitória da “esquerda plural” (PS-PCF-Verdes) e da constituição do governo Jospin.

Com o apoio das direções sindicais, Jospin pode conduzir com passo tranquilo uma política de contrarreformas progressivas, segundo um método que logrou evitar as lutas globalmente, com notáveis exceções, como a grande greve vitoriosa dos agentes dos impostos ou as numerosas greves do setor privado contra as reacionárias disposições das leis Aubry, agravando a antiguidade e a flexibilidade quando se introduziram às “35 horas” como média anual. Mas também suscitou um forte descontentamento operário e popular, como o demonstrou a sanção massiva infligida pelos trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002 (eliminação do PS desde o primeiro turno e afundamento do PCF). O governo de direita que seguiu à reeleição triunfal de Chirac contra Le Pen (o líder da extrema direita racista e chauvinista), dirigido por Raffarin, estava encarregado de aumentar o ritmo e a amplitude das reformas. Mas novamente chocou com uma poderosa resposta, com a greve geral de educadores e a forte mobilização de outros setores da administração pública durante maio-junho de 2003. Desta vez, o movimento sofreu uma derrota reivindicativa total (aumento de 37,5 a 40 anos de contribuições para as aposentadorias dos trabalhadores do Estado, a partir de então iguais com os do setor privado, e uma “descentralização” que consistiu na perda de cargos nas comunidades territoriais de serviços públicos até então assegurados pelo Estado, ao preço de novas privatizações). Entretanto, os trabalhadores demonstraram uma vez mais sua capacidade de resistência, e a traição de sua luta por parte das direções sindicais foi amplamente compreendida no caso da CFDT (assinante da reforma do governo logo após algumas concessões mínimas) e parcialmente percebida pela vanguarda no caso da CGT (a traição das direções de *Force Ouvrière* (FO) e, sobretudo, da *Fédération Syndicale Unitaire* (FSU), que jogavam um papel chave como direções dos grandes sindicatos de empregados públicos, foi menos percebida pela linguagem bastante “esquerdistas”, com a qual cobriram sua política).

Devido a esta resistência dos trabalhadores e da juventude, que conduziu ao bloqueio de algumas contrarreformas, a burguesia elegeu romper com o método demasiado lento do “chiraquismo”, promovendo a candida-

tura à presidente de Nicolas Sarkozy, representante da ala dura do partido de Chirac. Tratava-se de passar para uma velocidade superior a ofensiva contra as conquistas sociais (e inclusive contra algumas conquistas democráticas), com o fim de romper a espiral infernal da decadência relativa do capitalismo francês na competição internacional. Apesar da campanha ultradireitista da candidata do PS, Segolène Royal, apoiada pelo conjunto da esquerda e, no segundo turno pela extrema esquerda (*Lutte Ouvrière* (LO) e *Ligue Communiste Révolutionnaire* (LCR)), a burguesia preferiu o candidato da direita dura pela maior determinação que demonstrava, e por seu populismo com respeito à pequena-burguesia e às camadas mais atrasadas do próprio proletariado.

Desde então, a política de contrarreformas do governo Chirac-Raffarin foi mais profunda que a de seus predecessores, mas teve que levar em conta a disposição dos trabalhadores ao combate.

Os assalariados da EDF-GDF (empresa nacional de eletricidade e gás) se mobilizaram massivamente em 2004 contra a privatização, mas de maneira isolada, antes de ser traídos vergonhosamente por suas direções sindicais. Na primavera de 2005, desdobrou-se um importante movimento de setores secundaristas em oposição a uma contrarreforma da educação, forjando uma nova geração militantes, apesar de sua derrota. Em maio de 2005, no terreno eleitoral, os trabalhadores, em sua maioria os votantes da “esquerda”, infligiram uma derrota política ao governo (e ao PS), ao votar massivamente “Não” no referendo de ratificação do Tratado Constitucional Europeu, o que provocou uma mudança de primeiro ministro. Em novembro de 2005, uma importante revolta dos jovens dos bairros populares, filhos da classe operária, surgidos da imigração e principais vítimas do fracasso escolar, do desemprego e da desordem social, demonstraram que uma importante fração da juventude mais pobre não tinha nenhuma confiança no sistema e não estava disposta a se deixar esmagar sem combate. Sua falta de um verdadeiro programa político limitou o temor da burguesia, mas a responsabilidade principal o incumbe à ausência das organizações operárias, começando pelas que se reclamam revolucionárias: negaram-se a apoiar claramente a revolta e lhes propor uma perspectiva política, que passava pela unidade com o movimento operário e o combate unido contra a patronal e o governo. Finalmente, na primavera de 2006, a greve geral dos estudantes e a greve parcial de setores secundaristas, apoiados por massivas mobilizações de assalariados (3 milhões nas ruas, um recorde histórico) impuseram uma derrota significativa ao governo de Villepin, obrigado a retirar seu projeto de CPE (contrato de emprego precário para os jovens), ainda quando pode manter o resto de sua lei reacionária chamada de “igualdade de oportunidades”.

Devido a esta resistência dos trabalhadores e da juventude, que conduzido ao bloqueio de algumas contrarreformas, a burguesia elegeu romper com o método demasiado lento do “*chiraquismo*”, promovendo a candidatura à presidente de Nicolas Sarkozy, representante da ala dura do partido de Chirac. Tratava-se de passar para uma velocidade superior a ofensiva contra as conquistas sociais (e inclusive contra algumas conquistas democráticas), com o fim de romper a espiral infernal da decadência relativa do capitalismo francês na competição internacional. Apesar da campanha ultradireitista da candidata do PS, Segolène Royal, apoiada pelo conjunto da esquerda e, no segundo turno pela extrema esquerda (*Lutte Ouvrière* (LO) e *Ligue Communiste Révolutionnaire* (LCR)), a burguesia preferiu o candidato da direita dura pela maior determinação que demonstrava, e por seu populismo com respeito à pequena-burguesia e às camadas mais atrasadas do próprio proletariado.

VI – DEPOIS DE UM ANO DE GOVERNO SARKOZY, AS PRIMEIRAS LUTAS SETORIAIS FORAM DERROTADAS, MAS A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA PERMANECE GLOBALMENTE INTACTA: A SITUAÇÃO ESTÁ ABERTA

A vitória de Sarkozy representa um salto maior na ofensiva “neoliberal” levada adiante há trinta anos. Agrava claramente a relação de forças histórica que, apesar da resistência operária e popular, já era favorável à burguesia. O plano estratégico da patronal francesa (representada pelo MEDEF) e do novo governo é um plano de conjunto coerente e consequente aplicado com um ritmo sustentado: contrarreforma do direito ao trabalho, aumento dos anos de contribuição para as aposentadorias, questionamento da segurança social, congelamento de salários, novos ataques contra os direitos dos desocupados, leis anti-imigrantes e perseguição crescente dos sem-papéis (imigrantes ilegais), “planos *banlieues*” e agravamento das provocações policiais contra os jovens dos bairros populares, ataque contra o estatuto dos empregados públicos, supressão de dezenas de milhares de postos de empregados públicos, diminuição de horas de disciplina na escola, contrarreforma dos estudos universitários, passagem em força (por via parlamentar, com o apoio do PS) da nova reativação do tratado europeu.

Os trabalhadores conscientes de seus interesses de classe temem o governo e muitos estão desesperançados. Mas ao mesmo tempo, a disposição dos trabalhadores e dos jovens para o combate segue se manifestando: greves massivas de nove horas dos ferroviários e greve bastante importante de

três semanas dos estudantes, no outono de 2007, greves locais bastante numerosas no setor privado durante todo o primeiro semestre de 2008, sobretudo pela questão dos salários e da defesa de empregos, mobilização dos estudantes secundaristas e dos professores em abril-maio de 2008, greve contínua dos trabalhadores dos impostos em maio-junho, aos que se agregam as jornadas de ação dos empregados públicos e de alguns setores privados a partir do outono de 2007, e logo novamente na primavera de 2008. Ademais, a popularidade de Sarkozy despencou desde o outono, seu partido perdeu as eleições municipais em março e regularmente se manifestam contradições (sobretudo por pressão de setores de sua base eleitoral, vítima já seja da alta do preço do petróleo – pescadores, caminhoneiros, choferes de taxi – ou da política de restrições de verbas – magistrados, advogados e inclusive militares).

Depois de um ano de governo Sarkozy, a situação da luta de classes ainda segue aberta. Por um lado, este ano sofreram derrotas os primeiros setores que tem lutado contra Sarkozy, sobretudo os ferroviários, os estudantes e uma fração minoritária de secundaristas e professores. Mas, por outro lado, nenhum destes setores foi esmagado e as potencialidades das lutas, nesses setores e em outros, seguem estando globalmente intactas. Finalmente, é evidente que a fúria operária e popular é cada vez mais massiva. Por isso a aposta maior da luta de classes na França se concentra hoje na contradição entre a disposição dos trabalhadores e os jovens a resistir e a política dos partidos de “esquerda” e as direções do movimento operário. Além de suas críticas formais, inclusive puramente pessoais, contra Sarkozy, os dirigentes do PS (partido burguês de esquerda) no fundo apóiam sua política, enquanto dão a prioridade a seus enfrentamentos internos em vistas ao congresso de novembro, destinadas a se disputar a direção do partido e a candidatura à presidência de 2012. O PCF, que também prepara um congresso crucial para o fim do ano, está em uma crise profunda, sua decomposição histórica conduz hoje ao questionamento de sua própria existência, entre um PS hegemônico à esquerda e uma extrema esquerda de origem trotskista em condições de disputar seu lugar à “esquerda da esquerda”. Por isso volta às direções sindicais para ter o papel principal na canalização das lutas operárias.

De fato, desde o outono, as derrotas sucessivas das mobilizações não se devem a seu esmagamento pelo governo, senão à vergonhosa traição das direções sindicais (com o apoio do PS e do PCF), que decidem trair as lutas e as possibilidades de convergência interprofissional. Mas o fenômeno mais novo é o salto maior em sua política de colaboração de classes, sobretudo para os sindicatos que eram considerados até o momento como os mais combativos, a CGT, a FSU (e inclusive os *Solidaires*): desde janeiro, seus diri-

gentes, como os do FO e CFDT, assinaram “em frio” toda uma série de acordos regressivos com a patronal e o governo, fazendo da colaboração direta nas contrarreformas um eixo central de sua orientação, além inclusive da traição das lutas. Estamos então, em um momento histórico muito importante da evolução do sindicalismo na França, considerado até agora como relativamente mais combativo que seus homólogos dos países imperialistas, por causa da pressão das massas.

VII – OS REVOLUCIONÁRIOS DEVEM DEFENDER NAS LUTAS UM PROGRAMA DE FRENTE ÚNICA ARTICULADO PELO OBJETIVO DA GREVE GERAL E COM O MÉTODO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO

Desta situação geral e, sobretudo, das reais potencialidades da luta de classes se deriva a necessidade para os revolucionários, de um eixo de intervenção sistemática nas lutas. Esta é a prioridade absoluta para afirmar a identidade concreta de uma organização revolucionária hoje na França. E é fundamentalmente necessário para ganhar essa parte da vanguarda volátil da classe trabalhadora e dos jovens que se forma na luta, com uma entusiasta combatividade, uma consciência imediata e um disponibilidade de pensamento muito superiores às da vanguarda estável, organizada nos sindicatos e/ou os partidos de extrema esquerda.

A partir de que surjam novas lutas ou que a análise da situação coloquem na ordem do dia sua possibilidade, nossa responsabilidade é combater, ainda que seja de maneira propagandista, antes de tudo, por uma frente única operária, condição *sine qua non* (se, e somente se) para fazer fracassar os planos do governo, sobre a base de um plano de mobilização geral dos trabalhadores e dos jovens. Trata-se de levantar reivindicações unificadoras, sobretudo por aumento de salários corroídos pela inflação e contra o desemprego. Isto passa também por propor métodos de luta eficazes e sua postura em marcha na medida de nossas possibilidades onde seja possível: auto-organização sistemática e coordenação democrática dos trabalhadores e jovens em luta, objetivo da convergência das lutas, arma privilegiada da greve e piquetes de greve aonde seja possível, perspectiva da greve interprofissional, rumo à greve geral como única solução para infligir uma derrota à patronal e o governo. Esta orientação choca frontalmente com a das direções sindicais que fazem de tudo para dividir os trabalhadores, sobretudo com a prioridade de reivindicações de categorias e a estratégia de “jornadas de ação” setor por setor e sem perspectivas. A denúncia pública e sistemática de sua política é, então, imperativa, devendo ser combinada com consignas positivas pela unidade,

incluindo a interpelação das direções sindicais para colocar em evidência suas responsabilidades frente às massas. Naturalmente, também é necessário apoiar sem vacilações os sindicatos que tendem a romper inclusive parcialmente, sob pressão das massas ou da vanguarda, com a orientação de suas próprias direções burocráticas confederais ou federais.

Ao defender a orientação resumida aqui, o Grupo CRI pode discutir e se relacionar com dezenas de militantes e trabalhadores. Ademais, está em condições de colocar em marcha concretamente nas lutas estudantis, com uma pequena influência real, e nas lutas dos docentes. É indispensável preservar e fortalecer esta capacidade de intervenção concreta, mas é crucial agora buscar os meios para a colocar em marcha em, ao menos, um ou dois setores, se for possível, de operários.

VIII – OS REVOLUCIONÁRIOS DEVEM COMBATER POR UMA CORRENTE DE LUTA DE CLASSE E ANTIBUROCRÁTICA NOS SINDICATOS

Este eixo principal do combate prático é inseparável de uma atividade política de longo prazo para a reconstrução do movimento operário e da consciência de classe. Neste objetivo, por um lado, o papel histórico do sindicalismo na França, e pelo outro, o atual peso decisivo das direções sindicais (relativamente menos debilitadas pela crise do movimento operário que as direções políticas) na colaboração de classes, e, finalmente, o feito de que uma boa parte da vanguarda operária organizada está constituída por militantes sindicais sem partido, é crucial combater pela concreta posta em marcha de uma orientação que defenda reconstruir o sindicalismo de luta de classes.

Por isso é necessário defender especialmente o objetivo de uma corrente da luta de classes no interior dos sindicatos, passando pela ampla reunião, além de suas diferentes sensibilidades, dos sindicatos de base e militantes sindicais de luta, com o fim de coordenar suas intervenções contra a política das direções colaboracionistas, por uma orientação alternativa e para ajudar aos trabalhadores a se reapropriar de seus sindicatos. Este é o sentido da iniciativa da CILCA (*Courant Intersyndical Lutte de Classe Anti-bureaucratique*), impulsionada pelo Grupo CRI, com alguns militantes opositores da LCR e alguns sindicalistas de luta. Este é também o sentido da participação ativa da CILCA nos encontros do sindicalismo de classe e de massa, organizados conjuntamente com coletivos de militantes sindicais stalinistas e maoístas que pregam a luta de classe e denunciam a atual orientação das direções sindicais. Esta atividade permite ganhar a atenção não so-

mente dos militantes sindicais de luta, senão também de um certo número de militantes das organizações políticas de extrema esquerda, sobretudo da corrente lambertista e da LCR, muito presentes nos sindicatos. Finalmente, este deve ser um eixo prioritário para a intervenção no processo pelo “Novo Partido Anticapitalista” lançado pela LCR, por que os elementos políticos mais avançados da LCR e dos comitês pelo “Novo Partido Anticapitalista” (NPA) também são, em grande medida, militantes sindicais de luta de classe.

IX – OS REVOLUCIONÁRIOS DEVEM DEFENDER O PROGRAMA DA IV INTERNACIONAL E LUTAR FRONTALMENTE CONTRA OS REVISIONISTAS CENTRISTA E SUAS CAPTULAÇÕES PRÁTICAS.

Finalmente, a construção de um núcleo trotskista principista passa evidentemente por promover vivamente o programa da IV Internacional, a defesa pública das ideias e perspectivas da revolução, do marxismo, do bolchevismo e do trotskismo, a importância acordada à formação teórica e histórica dos militantes e dos simpatizantes. Isto implica uma atividade de clarificação teórica e política sistemática, tanto mais necessária já que se trata de resistir à crise generalizada do movimento operário e da consciência de classe, contra todas as tentativas de se adaptar a isto rebaixando o nível do programa, das perspectivas históricas, e também das possibilidades de luta imediatas.

Efetivamente, as organizações que ainda se reclamam oficialmente da revolução, que são principalmente na França as organizações surgidas do trotskismo, que conta com milhares de militantes e simpatizantes, que dirigem ou influenciam centenas de sindicatos renunciam em realidade cada vez mais claramente a este objetivo e a toda orientação que se derive dele. Ora, isto ocorre no momento mesmo em que uma fração da vanguarda sente, de maneira mais aguda que no período anterior, a necessidade histórica de um partido político dos trabalhadores. Efetivamente, a situação é propícia para a abertura de uma ampla discussão sobre este tema, se combinam-se os seguintes quatro fatores: combatividade real, ainda que inicialmente defensiva, do proletariado e dos jovens; sua falta de confiança no PS burguês inclusive quando ainda votam por ele para evitar que ganhe a direita; crise do PCF historicamente moribundo e que sobrevive em grande parte pelo peso de seu aparato e seus acordos eleitorais com o PS; êxitos eleitorais da extrema esquerda (LO em 1995, LO e LCR juntos em 1999, LO e LCR separados em 2002, LCR em 2007). Por isso, a defesa intransigente de um partido revolucionário e de um programa de transição poderia encontrar um eco favorável em uma fração significativa da vanguarda.

Pois bem, o ponto em comum entre a LO, LCR e a corrente CCI do POI (ex-PT) é que, sobre pressão da crise histórica geral do movimento operário e da consciência de classe, negam-se a denunciar de maneira sistemática o capitalismo como tal e, mais ainda, opor-lhe a perspectiva do socialismo, da expropriação dos capitalistas, da destruição do Estado burguês e da construção de um Estado dos trabalhadores (ditadura do proletariado). Esta capitulação programática os conduz, na prática, a um discurso reformista, em lugar de um programa de transição com eixo na necessidade de um governo de trabalhadores, a um eleitoralismo raso, à cobertura por esquerda da política das direções sindicais e à negativa de tomar iniciativas reais na luta de classes, que permitiriam oporem-se à colaboração de classes e impor uma frente única sobre a base de um plano de mobilização geral. Materialmente, centenas de militantes dessas organizações, sobretudo do CCI (ex-PT) POI e da LCR, mas também em menor medida da LO, são profissionalizados pelos sindicatos, que se tem incrustado nos aparatos e se negam a arriscar seus postos se esse for o preço para defender uma orientação digna de revolucionários.

A estes pontos comuns se agregam traços particulares a cada um das três organizações

Contra a passividade rotineira, o seguidismo aos aparatos e o oportunismo eleitoral do LO

No que concerne a LO, cujo núcleo conta com mil militantes, mas com mais de 5.000 simpatizantes-militantes, seus principais méritos seguem sendo a inserção nas empresas, seu uso de certo discurso operário e sua defesa, internamente, das ideias comunistas. Entretanto, sua orientação prática está marcada por uma passividade política constante, o seguidismo apenas crítico a respeito das direções sindicais, um eleitoralismo sistemático e uma propaganda abstrata como formação marxista. Além disso, sua direção tem dado um passo mais em seu oportunismo: tem acompanhado seu auto-isolamento sectário com respeito ao projeto do NPA, lançado pela LCR, com uma aliança eleitoral inadmissível com o PS (e o PCF) na primeira volta das eleições municipais (agravando seu já escandaloso chamado a votar por Royal no segundo turno das eleições presidenciais). Ao fazer isso, tem contribuído em impedir que os trabalhadores avancem até o final de sua ruptura com a “esquerda plural”. Correlativamente, a direção do LO não vacila em excluir a sua Fração que, enquanto desenvolvia como sempre uma orientação bastante próxima à da maioria, entretanto, vinha de se comprometer em um combate correto contra a guinada direitista sem precedentes da maioria. Esta que assim cortar toda possibilidade de questionamento em suas filas, onde a nova orientação chocou manifestamente com numerosas

resistências.

Contra o revisionismo lambertista, o impulso de um novo partido reformista e a cobertura parcial (CGT, FSU) ou total (FO) das direções sindicais

Por sua vez, a direção *lambertista* da ex-OCI e do ex-PT está padecendo as consequências de ter ficado à deriva “*tradeunionista*” e “republicana” durante os últimos meses, pretendendo fundar um “partido operário independente” (POI) com “candidatos republicanos” e burocratas sindicais notórios (sobretudo, dirigentes do FO). Este novo partido, criado em 15-16 de junho de 2008, já não é um partido centrista de direita, mas um partido abertamente reformista. Reivindica formalmente a luta de classes e inclusive o socialismo, mas unicamente nos textos fundadores. A linha real do POI consiste em denunciar, sobretudo à União Européia, apresentada como a fonte de todos os males, o que leva a uma negativa a denunciar realmente ao capitalismo, inclusive a lhe quitar responsabilidade aos sucessivos governos – apresentados como reféns da UE – ademais, com uma deriva chauvinista latente – e às vezes real na boca de seu ex-candidato à presidência e novo co-secretário nacional, o pequeno patrão Gérard Schivardi. Ademais, a referência à luta de classes segue sendo amplamente formal: na realidade, os *lambertistas* e seus aliados levam indiscutivelmente um combate particularmente progressista contra a orientação das direções da CGT e da FSU, mas se atem a questões particulares, sem enfrentar a política destas direções em sua lógica geral. Ademais, as cobrem quando traem as greves (como a greve de ferroviários do outono); e, sobretudo, estão incrustados no aparato do principal sindicato em que intervém, FO, garantindo globalmente a política da direção confederal, incluída a assinatura da contrarreforma sobre o contrato de trabalho.

Entretanto, o POI não deve ser desprezado como força política, por que tem uma dinâmica: tem suscitado um certo número de discussões, além dos burocratas sindicais e dos eleitos municipais, com sindicalistas de luta, trabalhadores e jovens, e diz ter 10.000 afiliações, ainda que tem fato muito menos militantes reais (quicá 4.000 ou 5.000, a maioria membros do CCI). Ademais, existem contradições no POI, sobretudo no CCI, que segue sendo uma corrente centrista de direita cristalizada. Efetivamente, uma parte se seus militantes inicialmente formados no trotskismo questionam de forma aberta o novo giro a direita da direção *lambertista*, em particular a cobertura à direção do FO no momento em que esta colabora abertamente com o governo, a diferença da época de Blondel (1989-2004), quando dissimulava sua orientação de colaboração de classes com um discurso “contestatário”.

Contra o revisionismo e o oportunismo da direção da LCR, para uma corrente revolucionária dentro do NPA

Finalmente, a direção da LCR (que tem integrado desde seu último congresso a sua antiga tendência de “esquerda”, a corrente Democracia Revolucionária, assim como a corrente ex-morenista Avanti!) quer criar um “Novo Partido Anticapitalista” (NPA). Para a LCR, trata-se de criar na França um partido “amplo” que trate de competir com o PCF por ocupar organizativamente o espaço aberto à esquerda do PS, depois de o haver ganhado em parte eleitoralmente. A LCR pretende se dirigir primeiramente aos trabalhadores e aos jovens, não às organizações, mas seu alvo prioritário é mais especificamente um conglomerado de reformistas assumidos (“anti-neoliberais”), setores de “esquerda” da burocracia sindical, inclusive de “socialistas” e ecologistas opostos ao “social-liberalismo”. Pois bem, estes jogaram indiscutivelmente um rol dominante desde a primeira reunião nacional dos comitês NPA, de 28-29 de junho, como o demonstra particularmente a declaração que saiu dela.

Ao mesmo tempo, o órgão dirigente da LCR lançou uma campanha nacional de exclusão, baseada em métodos burocráticos, mentira e calúnias contra o Grupo CRI, cujo punhado de militantes não teria que ter-lhes inquietado se não temessem de fato, através deles, a abertura de uma verdadeira discussão sobre a intervenção nos sindicatos (o que implica o questionamento explosivo da integração de numerosos quadros da LCR nos aparatos), sobre o programa revolucionário e sobre a constituição de uma possível corrente comunista revolucionária no futura NPA.

Entretanto, ao lançar seu projeto de NPA, - e sejam quais forem suas próprias intenções, em outra palavras, sua vontade de abandonar toda referência ao trotskismo - a direção da LCR abre um marco de discussão que gera interesse entre milhares de trabalhadores e de jovens sensibilizados pela campanha presidencial de seu portavoz Besancenot, por suas posições midiáticas, reformistas por certo, mas talentosas e bastante combativas contra a patronal, o governo e o PS. De fato, desde o mês de março, formaram-se mais de 400 comitês para impulsionar o NPA, reunindo a milhares de trabalhadores e jovens (9.000, dos quais um terço são da LCR, segundo sua direção, parte dos participantes só foram a algumas reuniões e alguns se distanciaram pelo pouco interesse nas discussões bastante despolitizadas). Pois bem, uma parte significativa destes trabalhadores e jovens, como um setor de militantes da LCR, buscam efetivamente o caminho da luta de classes, do anticapitalismo, inclusive da revolução.

Por isso, o Grupo CRI decidiu participar nos comitês do NPA, man-

tendo sua existência autônoma nesta etapa. A decisão final de participar ou não no NPA se tomará no momento do congresso de fundação. Dependerá da amplitude, da dinâmica do processo do NPA na vanguarda, atualmente real, mas limitada e quiçá em parte superficial, a causa da orientação direitista impulsionada pela LCR e da chegada de vários reformistas. Mas também dependerá das possibilidades concretas de constituir ou não uma nova corrente revolucionária com o maior número de militantes da LCR atual e de novo militantes radicalizados. Neste marco, há que levar até o final o combate difícil e muito desigual, mas indispensável, já que a direção da LCR assim o decidiu, pela reintegração dos militantes do CRI excluídos, para a manutenção dos demais em seus comitês do NPA e pela entrada daqueles que ainda não estão nos comitês.

Mas, além disso, os militantes do CRI tem que fazer todos seus esforços para construir o melhor possível os comitês do NPA, aproximar aos comitês muitos trabalhadores e jovens, sem deixar de apresentar suas próprias posições e defender a necessidade de uma corrente comunista revolucionária e internacionalista.